

Revista Filosófica de Coimbra

Publicação semestral do Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

Director: Miguel Baptista Pereira

Coordenação Redactorial: António Manuel Martins e Mário Santiago Carvalho

Conselho de Redacção: Alexandre F. O. Morujão, Alfredo Reis, Amândio A. Coxito, Anselmo Borges, António Manuel Martins, António Pedro Pita, Carlos Pitta das Neves, Diogo Falcão Ferrer, Edmundo Balsemão Pires, Fernanda Bernardo, Francisco Vieira Jordão †, Henrique Jales Ribeiro, João Ascenso André, Joaquim das Neves Vicente, José Encarnação Reis, José M. Cruz Pontes, Luísa Portocarrero F. Silva, Marina Ramos Themudo, Mário Santiago de Carvalho, Miguel Baptista Pereira

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos Autores

Toda a colaboração é solicitada

Distribuição e assinaturas:

Fundação Eng. António de Almeida
Rua Tenente Valadim, 331
P-4100 Porto
Tel. 6067418; Fax 6004314

Redacção:

Revista Filosófica de Coimbra
Instituto de Estudos Filosóficos
Faculdade de Letras
P - 3049 Coimbra Codex
Tel. 4109900; Fax 36733
E-Mail: rfc@cygnus.ci.uc.pt

Preço (IVA incluído):

Assinatura anual 1996: 4.000\$00 (Portugal) • 5.500\$00 (Estrangeiro)
Número avulso: 2.200\$00 (Portugal) • 3.000\$00 (Estrangeiro)

REVISTA PATROCINADA PELA FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

Artigos

Miguel Baptista Pereira — <i>Informática, Apocalíptica e Hermenêutica do Perigo</i>	3
---	---

António Manuel Martins — <i>Pluralismo sem Consenso. A crítica de Rescher aos Pressupostos da Teoria da Acção comunicativa de Habermas</i>	53
--	----

António Pedro Pita — <i>A Intencionalidade e o Mundo dos Artistas. Mikel Dufrenne na Fenomenologia francesa</i>	75
---	----

João Boavida — <i>Por uma Didáctica para a Filosofia</i>	91
--	----

Alfredo Simões Reis — <i>Perfil do Professor de Filosofia</i>	111
---	-----

Estudo

José E. Reis — <i>Sobre o Tempo</i>	143
---	-----

Nota

Mário Santiago de Carvalho — <i>Redução ou Recondução? (Nota sobre Boaventura de Bagnoregio)</i>	205
--	-----

Crónica	217
---------------	-----

Ficheiro de Revistas	219
----------------------------	-----

Recensões	225
-----------------	-----

CRÓNICA

Por ocasião dos quatrocentos anos do nascimento de Descartes e os trezentos e cinquenta do nascimento de Leibniz, realiza-se na faculdade de Letras de Lisboa, de 27 a 29 de Novembro de 1996, um Colóquio em que a obra de ambos será abordada por especialistas nacionais e estrangeiros. Promovido pelo Centro de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o colóquio abrangerá as seguintes áreas temáticas:

1. Descartes e a sua filosofia.
2. Leibniz e a sua filosofia.
3. Descartes, Leibniz e a filosofia da Época Barroca.
4. Presença do pensamento português em Descartes e Leibniz.
5. Presença do cartesianismo e do leibnizianismo no pensamento português.

Nos dias 25 a 28 de Setembro de 1996, realiza-se em Santiago de Compostela, Espanha, o I Congresso Internacional da Sociedade Iberoamericana de Estudos Utilitaristas, organizado pela Sociedade homónima.

Estão previstas as seguintes comunicações: No dia 25 de Setembro: Fred Rosen, "Utilitarianism and punishing the innocent"; Philip Schofield, "Jeremy Bentham on colonies, commerce and constitutional Law: The case of Spain and Spanish America"; Peter Singer, (a confirmar). No dia 26 de Setembro: Eugenio Lecaldano, "The theory of utilitarianism and rights"; J. de Sousa e Brito (título a confirmar); James Griffin (título a confirmar). No dia 27 de Setembro: Julia Barragan, "El costo social de las autoexcepciones"; M. Canto-Sperber (título a confirmar); M. D. Farrell, "La satisfacción de las preferencias: posibles modelos utilitaristas". No dia 28 de Setembro: J. Harsanyi (Prémio Nobel de economia 1994), "A theory of prudential values and a rule utilitarian theory of morality"; P. Schwartz, "¿Importan los hechos para los juicios morales? Una defensa contra la navaja de Hume". Para mais informações contactar a Secretaria do Congresso, Area de Filosofia Moral y Política, Facultad de Filosofía y CC. EE., 15706 — Campus Sur, Santiago de Compostela. E-mail: lftguis@usc.mail.usc.es.

O Departamento de Filosofia da Universidade de Edimburgo, em associação com o Scots Philosophical Club, organiza um Colóquio em honra do Dr. George Davie, a realizar nos dias 13-15 de Setembro de 1996, subordinado ao tema O Legado do Empirismo. O passado, o presente e o futuro do empirismo. Entre

os conferencistas contam-se: John Campbell (Oxford), Barbara Hannan (New Mexico), Keith Lehrer (Arizona), Hugh Mellor (Cambridge), Alan Millar (Stirling), John Skorupski (St Andrews), Timothy Sprigge (Edinburgh), Timothy Williamson (Edinburgh). Para mais informações, contactar Alexander Bird ou Richard Foggo, Dep. of Philosophy, The Univ. of Edinburgh, David Hume Tower, George Square, Edinburgh EH8 9JX, UK. E-mail: phiabs@srv0.arts.ed.ac.uk ou phirafs@srv0.arts.ed.ac.uk.

De 19 a 24 de Agosto de 1996, realiza-se a Quinta Conferência da International Society for the Study of European Ideas, "Memória, História e Crítica: A Identidade Europeia no Milénio", na Universidade de Estudos Humanistas de Utrecht, Países Baixos. Espera-se a participação de investigadores de 41 países em mais de 200 workshops dentro do quadro do tema central que serão agrupadas em cinco secções: I. História, Geografia, Ciência; II. Economia, Política e Direito; III. Educação, Estudos da Mulher, Sociologia; IV. Arte, Literatura, Religião, Cultura; V. Linguagem, Filosofia, Psicologia. A língua oficial da conferência será o inglês. Para mais informações, contactar o Secretariado da ISSEI, Univ. for Humanist Studies, att Ms Lenette van Buren, P.O. Box 797, 3500 AT Utrecht, NL ou subscrever a lista de correio electrónico da ISSEI-L enviando o comando "subscribe ISSEI-L" no corpo de uma mensagem para o endereço LISTSERV@NIC.SURFNET.NL.

FICHEIRO DE REVISTAS

Anthropos — Venezuela. XV (1994):

N° 21 [100 Años de los Salesianos]: R. Biord Castillo: *Fuentes para la Historia de la Congregación Salesiana en Venezuela* (7-188):.

Aut Aut — Milão 256-266 (Jan. Abril 1995):

G. Vattimo: *Nietzsche 1994* (3-14); F. Polidori: *Un domandare che non risponde. Nota sul "Nietzsche" de Heidegger* (15-25); G. Berto: *I fantasmi del futuro. A proposito di "Spettri di Marx" di Derrida* (27-48); G. Chiurazzi: *Lo spirito e il 'revenant'. Riflessioni e problemi nella spettografia di Jacques Derrida* (49-56); J.-P. Sartre: *Visages* (57-61); R. Kirchmayre: *Visibilità dello sguardo. Un commento a "Visages" di J.-P. Sartre* (62-68); M. Zambrano: *La confessione come genere letterario* (69-89); F. Ziberna: *"Davanti a essi ha confessato, ha parlato loro a viva voce dal più intimo". Nota su Maria Zambrano* (90-101); G. Garelli: *L'oceano della metafisica. Una metafora di Kant* (103-132); F. Costa: *Schema e sistema in Kant* (133-182).

269 (Set.-Out. 1995): R. de Biasi: *Cornici* (5-15); E. Goffman: *Introduzione a "Frame Analysis"* (17-34); G. Bateson: *Gioco e paradigma* (35-44); P. A.-Rovatti: *Il gioco e la cornice* (45-56); A. dal Lago: *Il "frame" oscuro* (57-65); M. Mizzau: *Parentesi* (67-76); D. Zoletto: *Le bucce di Bateson* (77-91); G. Fele: *"Frames" e attività* (93-107); G. O. Longo: *I sogni viventi* (109-118); AA. VV.: *Piccola antologia di cornici* (119-140).

270 (Nov.-Dez. 1995): E. Lisciani-Petrini: *Vladimir Jankélévitch. Pensare al margine* (5-15); V. Jankélévitch: *Qualcosa di semplice, di infinitamente semplice* (15-22); B. Imbert-Vier: *Il favore dell'istante* (23-30); L. Boella: *Fare il contrario. La riflessione morale di V. Jankélévitch* (31-40); R. Ronchi: *L'evidenza assurda. Note a "La mort" di Vladimir Jankélévitch* (41-59); A. Fabris: *La noia, il nulla. Tra Jankélévitch e Heidegger* (61-75); P. A. Rovatti: *Elogio della litote* (77-84); V. Vitiello: *L'incantesimo di Alcina e l'anello del tempo* (85-90); E. Lisciani-Petrini: *Angelus vagulus* (91-103); V. Jankélévitch: *La musica dei mormorii* (105-112); M. Garda: *La "verve" musicale di V. Jankélévitch* (113-124); E. Fubini: *Temi musicali e temi ebraici nel pensiero di V. Jankélévitch* (125-134); D.-Calabrò: *Bibliografia [de e sobre V. J.]* (135-156).

Les Études Philosophiques — Paris-1995:

N. 3. T. Alcoloumbre: *Politique et vérité de Platon à Maïmonide* (297-309); F. Fronterotta: *L'être et la participation de l'autre. Une nouvelle ontologie dans le 'Sophiste'* (311-353); T. Ménissier: *Platon et la maladie dans la 'République'* (355-373); J.-F. Pradeau: *Etre quelque part, occuper une place. Tópos et chora dans le Timée* (375-399); A. Villani: *La sophistique grecque et le renversement nietzschéen du platonisme* (401-418); C. Viano: *Bernard Joly, Rationalité de l'alchimie au XVIIe siècle* (419-424).

N. 4: G. Bensussan: *Spinoza lisant Maïmonide. Antifinalisme et contingence* (441-455); J. Galparsoro: *La volonté de puissance chez Nietzsche: Tentative d'une explication naturaliste du monde* (457-480); E. Housset: *Husserl et le Dieu d'Aristote* (481-496); A. Juranville: *Savoir philosophique et inconscient* (497-512); M. Kebede: *Remarques sur la conception bergsonienne* (513-522); J.-F. Courtine: *La correspondance de Husserl* (523-529); M.-J. Königson-Montain: *Études hégéliennes* (531-541).

Estudios Filosóficos — Salamanca XLIV (1995):

E. García Estébanez: *La incertidumbre moral y la tolerancia* (409-430); J. R. López de la Osa: *La tolerancia, una exigencia mítica del reconocimiento a existir de los diferentes* (431-452); E. Chávarri: *Tolerancias y procesos racionales* (453-486); M. Artal la Casta y J. Pérez Adán: *Weber y Etzioni: Un contencioso sobre los valores* (487-509); J. López Santamaría: *En recuerdo de E. M. Cioran (1911-1995): El adiós a la Filosofía*; R. Hidalgo: *Nota bibliográfica: Una nueva colección sobre la libertad* (517-523).

Filosofia — Turim-XLVI (1995):

Fasc. III: L. Amoroso: *Metodo e discorso, cammino e linguaggio* (171-184); A. Delcò: *La natura di Merleau-Ponty* (185-212); M. Lorefice: *Cinque lettere inedite di Guido De Ruggiero a Mario Sturzo Vescovo di Piazza Armerina* (213-225); D. Drivet: *Wittgenstein, o dell'ontologia simbolica* (227-244); G. Gallino: *Il ricordo e la pietà* (245-256); F. Brezzi: *Interpretazione: pluralità e fedeltà* (257-264).

Kant-Studien — Berlim/ Nova Iorque-86 (1995):

1. G. Funke: *Rudolf Malter in memoriam* (1-3); B. Falkenburg: *Kants zweite Antinomie und die Physik* (4-25); A. Rueger: *Brain Water, the Ether, and the Art of Constructing Systems* (26-40); Th. Heinrichs: *Die Ehe als Ort gleichberechtigter Lust* (41-53); W. Euler & G. Stiening: *«... und nie der Pluralität widersprach»? Zur Bedeutung von Immanuel Kants Amtsgeschäften* (54-69); P. Schuster-Stein: *Kants Philosophie in Rumänien* (70-86).

2. A. Ferrarin: *Construction and Mathematical Schematism. Kant on the Exhibition of a Concept in Intuition* (131-174); H. Schöndorf: *Setz Kant Philosophie die Existenz Gottes voraus?* (175-195); B. Tuschling: *System des transzendentalen Idealismus bei Kant? Offene Fragen de — und an die — Kritik der Urteilskraft* (196-210); H. Lottenbach & S. Tenenbaum: *Hegel's Critique of Kant in the Philosophy of Right* (211-230).

3. P. Rusnock & R. George: *A Last Shot at Kant and Incongruent Counterparts* (257-277); B. Longuenesse: *Kant et les jugements empiriques. Jugements de perception et jugements d'expérience* (278-307); M. Caimi: *Über eine wenig beachtete Deduktion der regulativen Ideen* (308-320); C. Bickmann: *Auf dem Wege zu einer Metaphysik der Freiheit: Kants Idee der Vollendung der kopernikanischen Wende im Experiment der Vernunft mit sich selbst* (321-330); R. van Gerwen: *Kant's Regulative Principle of Aesthetic Excellence: The Ideal Aesthetic Experience* (331-345); R. Meerbote: *Rickerts Auseinandersetzung mit dem Riehlschen Realismus* (346-362).

4. N. Everitt: *Discussion of the Ontological Argument* (385-405); P. Gior-danetti: *Das Verhältnis von Genie, Künstler und Wissenschaftler in der Kantischen Philosophie* (406-430); A. Hutter: *Die Spannung zwischen theoretischer und praktischer Vernunft — Schellings späte Anknüpfung an Kant* (431-445); G. Yaffe: *Freedom, Natural Necessity and the Categorical Imperative* (446-458); H. F. Klemme: *Notiz zum 200. Jahrestag des Erscheinens von Kants Friedensschrift am 4. Oktober 1795* (459-460).

Pensamiento — Madrid-51 (1995):

Nº 200. J. Monserrat: *¿Está realmente el mundo en mi cabeza? A propósito de J. J. Gibson y D. Marr* (177-213); J. Uscatescu Barron: *El concepto de metafísica en Suárez: su objeto y dominio* (215-236); P. Gomez Garcia: *Génesis y apocalipsis de la técnica* (237-267); A. Estela Gallach: *¿Es Wittgenstein un pensador antropocéntrico?* (269-281); J. Perez Laraudogoitia: *Una paradoja lógica del inventor* (283-284); C. Santos-Escudero: *Bibliografía hispánica de filosofía. Elenco 1995* (285- 350).

Philosophica — Lisboa. 6 (1995):

Manuel Ferreira Patrício, *Reflexões sobre o valor formativo do ensino da filosofia* (5-13); Olga Pombo, *A proximidade do ensino da filosofia à própria essência do ensino* (15-27); Mafalda Faria Blanc, *Ensinar filosofia: educar para a liberdade* (29-33); Carlos João Nunes Correia, *Os usos da filosofia* (35-42); Maria José Figueiredo, *Os sentidos do prazer e o prazer dos sentidos. Algumas notas relativas à problemática do prazer na Paideia aristotélica* (43-49); José Barata-Moura, *Filosofia e filosofar. Hegel versus Kant* (51-69); Alice Santos, *Filosofia e educação para o pensamento crítico* (71-79); Paulo Alexandre Esteves Borges, *O sentido do ensino da filosofia em José Marinho* (81-89); António Pedro Mesquita, *Introduzir à filosofia: a filosofia e o problema da sua definição* (91-103); Maria Teresa Ximenez, *Deverá falar-se de Ética no ensino secundário?* (105-118); Cristina Veiga Simão, *Imagem, palavra e responsabilidade* (119-124); Maria Luísa Ribeiro Ferreira, *O texto literário como propedêutica do texto filosófico. Considerações a propósito de um projecto de trabalho* (125-131); José Trindade Santos, *Personalização e divergência didáctica* (133-139); Adelino Cardoso, *Virtualidades do novo programa de Filosofia do 12º ano* (141-148); José de Araújo Ribeiro, *Problemas e perspectivas da formação contínua de professores* (149-155).

Philosophical Studies — Dublin-XXXI (1986-87):

P. J. Crittenden: *Kant as Educationist* (11-32); D. J. Kreitzer: *Lawrence Kohlberg and the Virtues* (33-42); W. W. Miller: *Charity, Property Rights and Supererogation* (43-62); A. Dombrowski: *MacIntyre, Rawls and the 'Republic'* (63-68); I. Primorac: *On Tolerance in Morals* (69-83); J. McEvoy: *The Religious Dimension of Human Reason* (84-97); J. Pieper: *The Condition of Philosophy* (98-112); J. D. Bastable: *Newman's Judgement of Value in Liberal Education* (113-132); P. O'Gorman: *The Technological Dimension of A Science of Man* (133-147); P. Wadia: *The Notion of 'Techne' in Plato* (148-158); L. Kramm: *Plato's 'Crito' in Present Perspective* (159-174); K. Jones: *Popper and the Evolution of Consciousness* (176-196); P. K. Moser: *Does Foundationalism Rest on a Mistake?* (183-196); F. J. Fitzpatrick: *Aristotle, Aquinas and Ryle: Thought Processes and Judgement* (197-227); E. B. Pluhar: *The Perceptual and Physical Worlds* (228-240); S. M. Bruening: *The Hollow at the heart of It* (241-249); D. A. Freeman: *Karl Jaspers and a Politics of Authenticity* (250-257); W. Mathews: *Wonder as Narrative* (258-279); J. McCarroll: *Some Growth Areas in Voegelin's Analysis* (280-299); G. Hanratty: *Hegel and the Gnostic Tradition: II* (301-325).

Revista Portuguesa de Filosofia — Braga-LI (1995):

1. M. Renaud: *O caminho para Deus no diálogo entre Filosofia e Religião* (3-24); J. Splett: *Serviço racional e serviço da razão. Sobre Religião no pensamento (com I. Kant e E. Levinas)* (25-42); A. B. Teixeira: *Filosofia e Religião no pensamento português contemporâneo* (43-85); A. Alves: *Filosofia e Religião no Criacionismo de Leonardo Coimbra* (87-120); J. Coutinho: *O religioso no pensamento de Pascoas* (121-135); J. A. da Silva: *Novos Movimentos Religiosos. Elementos para a sua compreensão* (137-156); X. Tilliette: *Raison et Révélation* (157-165); D. A. Anderson: *Peirce's God of theory and practice* (167-178); G. Bueno: *¿Qué significa "cine religioso"?* (179-208); J. R. da C. Pinto: *Deus-Religião-Igreja: que futuro?* (209-222).

Revista Portuguesa de Pedagogia — Coimbra-XXIX (1995):

Nº 2: A. Simões: *Que é educar? Ainda a propósito do conceito de educação* (3-23); J. Boavida: *Filosofia — à procura de uma didáctica específica* (25-39); C. Maia: *A dimensão ética da função educativa* (41-60); A. Roazzi & S. M. Santana: *O adolescente e seus projectos de vida* (61-79); A. C. Fonseca et al.: *O inventário de comportamentos da criança para professores — Teachers Report Form (TRF)*: (81-102); J. A. Rebelo: *Adultos com distúrbios de aprendizagem* (103-116); C. F. da Silva & A. C. B. Cristóvão: *Abordagem comportamental da "disrupção escolar": da prática de acção à prática teórica* (117-136); J. P. Cerdeira: *A percepção da eficácia pessoal e os mecanismos de auto-regulação das aprendizagens* (137-159); Vária (159-163).

Revue Philosophique — Paris-120 (1995):

Nº 4: A. Tosel: *Formes de mouvement et dialectique dans la nature selon Engels* (433-462); F. Metz: *Les origines du concept d'adaptation physiologique*

(463-483); G. Freudenthal & H. Hugonnard-Roche: *Gersonide logicien* (485-491); H. Rizk: *L'expérience comme critique de la finitude* (493-504); D. Leduc-Fayette: «*Une tangente qui ne peut devenir sécante...*» (505-508).

Thémata — Sevilha 14 (1995):

C. Mínguez: *El prefacio al 'Almagesto' de Ptolomeo* (17-35); R. Martínez: *La filosofía de Galileo y la conceptualización de la causalidad física* (37-59); J. L. González Recio: *La paradoja de Harvey-Descartes* (61-82); D. Aísa: *La filosofía mecánica de Descartes, Boyle y Huygens* (83-131); M. Luna: *Darwin y el 'natura non facit saltus'* (133-145); J. Miguel Gamba: *La filosofía de David Hilbert* (147-179); J. Arana: *Panteísmo y ética en la vida y obra de Albert Einstein* (181-196); J. M. Sánchez Ron: *Las filosofías de los creadores de la mecánica cuántica* (197-221); M. Pavón: *El racionalismo de Niels Bohr* (223-249); A. Rioja: *La dualidad onda-corpúsculo en la filosofía de Max Born* (251-284); J. José Sanguinetti: *Algunos aspectos de la filosofía de los cosmólogos contemporáneos* (285-304); R. Queraltó: *El nuevo orden del tiempo. En torno a la obra de Ilya Prigogine* (305-320); M. Espinoza: *René Thom: De la teoría de catástrofes a la metafísica* (321-348)..

Zeitschrift für philosophische Forschung — Francoforte s. Meno 49 (1995):

3. M.-T. Liske: *In welcher Weise hängen Modalbegriffe und Zeitbegriffe bei Aristoteles zusammen?* (351-377); M. A. Lizano-Ordóvas: *Eikasia und Pistis in Platons Höhlengleichnis* (378-397); U. Steinvorth: *Zum Problem der Willensfreiheit* (398-415); B. Sandkaulen: «*Oder hat Vernunft den Menschen?*» *Zur Vernunft des Gefühls bei Jacobi* (416-429); A. Esser: *Realität und Referenz der ästhetischen Beurteilung in Kants Theorie des Schönen* (430-440); C. Larimore: *Ontologie und Ethik bei Sartre. Zum neuen Buch von Alain Renaut: Sartre, le dernier philosophe* (441-449); A. Graeser: *Ein Beweis für Letzbegründung?* (450-455); M. Betzler: *Formen der Wirklichkeitsbewältigung. Hans Blumenbergs Phänomenologie der «Umbesetzungen»: Ein Porträt* (456-471); J. Brachtendorf: *Die Philosophie nach der Theodizee-Neuerscheinungen zur Theodizee-Debatte* (472-479).

4. K. Jacobi: *Natürliches Sprechen-Theoriesprache-Theologische Rede. Die Wissenschaftslehre des Gilbert von Poitiers (ca. 1085-1154)* (511-528); A. Beckermann: *Wittgenstein, Neurath und Tarski über Wahrheit* (529-552); T. Wyller: *Indexikalität und empirische Objektivität* (553-570); J. Saugstad: *Abortion: The Relevance of Personhood. A Critique of Dworkin* (571-583); R.-P. Hägler: *Existenz und Objektivität von Werten* (584-594); K. Malowitz: *Ernst Tugendhat und die Diskursethik. Notizen zu einem Widerlegungsprogramm* (595-604); R. Werner: *Ein noch zu schwach angereicherter Utilitarismus. Kritische Bemerkungen zu Shengs «Unified Utilitarian Theory»* (605-614); M. Wischke: «*Denken, Dichten, Deuten*». *Internationaler Nietzsche-Kongress in Naumburg* (615-619).

RECENSÕES

PAREDES MARTÍN, M^a del C. (Ed.) — *Subjetividad y Pensamiento. Cuestiones en torno a Hegel*. (Salamanca, Universidad de Salamanca, 1994), 170 p.

Esta obra, inteiramente dedicada à actualidade de questões suscitadas pelo pensamento de Hegel, recolhe toda uma série de conferências proferidas e discutidas num simpósio realizado na Universidade de Salamanca, nos dias 13, 14 e 15 de Maio de 1992.

Do conjunto de artigos concebidos e redigidos a partir de perspectivas e interesses distintos, dois chamaram particularmente a nossa atenção pelo mesmo interesse neles dado ao Hegel da mediação contra uma tradição — a do império do entendimento — demasiado abstracta, simplista e imediatista.

O problema fundamental da filosofia de Hegel é, de facto, a crítica ao modelo fixista tradicional do pensar, que enredado em oposições tornadas absolutas, esquece o núcleo verdadeiramente dialéctico e relacional da sã razão humana. Para Hegel, a razão é movimento especulativo ou mediação e é enquanto tal, a identidade absoluta do heterogéneo, sublinha M^a del Carmen Paredes Martín no seu artigo «Subjectividad y reflexión en el Hegel de Jena». A autora chama neste texto a nossa atenção para o modo como a crítica hegeliana do idealismo subjectivo de Fichte o leva a fazer todo um novo e longo caminho de diferenciação que conduz à Fenomenologia como introdução ao sistema da ciência e nisto aposta na necessidade da via longa da mediação e da explicitação. O absoluto deve manifestar-se, exteriorizar-se, explicar-se, superando sem as aniquilar as suas manifestações. Só assim se torna sujeito de um modo não dogmático nem extrínseco. Para Hegel, sublinha ainda a autora, as antigas filosofias da subjectividade e da reflexão «apenas substituíram a antiga metafísica dogmática da objectividade por uma metafísica da subjectividade que estabelece dogmaticamente os seus direitos frente a uma objectividade, cujo último sentido lhe escapa» (22). A subjectividade deve agora assumir a finitude como sua determinação adequada, se quer entender-se como processo e não como princípio fixo cristalizado.

Nesta mesma linha, o artigo de Ignacio Otero, intitulado «La ternura por las cosas o el mundo como sugerencia en el pensamiento», mostra-nos um Hegel crítico do entendimento porque demasiado ligado ao abstracto (46). A expressão hegeliana «ternura pelas coisas» envolve, segundo o autor, uma crítica a determinadas posições filosóficas e sobretudo o marcar de uma determinada atitude filosófica perante o real. A realidade aparece em Hegel como «pretexto para a actividade mediadora da razão, isto é, como estímulo para o exercício de múltiplas mediações (47). A razão não volta as costas ao real, porque a verdadeira ternura pelas coisas não é em Hegel a atitude respeitosa do entendimento que deixa as coisas como estão, separadas e atomisticamente consideradas.

É, pelo contrário, a ternura da especulação que alcança a paz e a conciliação com o real depois de uma experiência dialéctica de sofrimento indizível. Uma ternura peculiar inadmissível para o sentido comum. «Pois em vez de respeitar a imediatidade do real introduz nele o delírio báquico da negatividade mais radical e da mediação (50). O concreto surge então e supõe tal como o absoluto a unidade das diferenças. É assim o verdadeiramente empírico, tem no seu interior o movimento que também caracteriza o conceito. A nova ternura que Hegel pretende construir recusa frontalmente a imediatidade que caracteriza tudo quanto se reconhece como definitivamente estabelecido. O real não é para Hegel o meramente imediato ou definitivamente estabelecido. A ternura pelas coisas é movida pela dialéctica, que leva a contornar o imediato como mera sugestão para uma nova postura: a da mediação ou a do primado da relação.

É o Hegel da relação que, de facto sobressai neste conjunto de estudos publicado pela Universidade de Salamanca, e é como tal, que o seu pensamento é hoje actual e continua a provocar-nos. Sem a experiência do concreto já sempre vivido, logo já sempre mediado, a Filosofia seria pura fantasia ou ideologia abstracta e sem a referência inevitável do homem ao absoluto, ela perderia a sua autêntica raiz. A questão do sentido, aquela que desde sempre move o pensar e por detrás dele o homem, não tem uma resposta imediata ou imediatista, só na relação pode dizer-se. Este facto antecipou-o Hegel antes de toda a Hermenêutica ou Filosofia dialógica, apesar de não ter sabido preservar o mistério que é o pensar em relação.

No entanto a sua actualidade é inquestionável numa época em que o valor do concreto e o valor do absoluto parecem abandonados pelo pensamento ou de novo desconstruídos.

Maria Luísa Portocarrero F. Silva

HAEGER, Paul — *Continuity and Change in the Development of Russell's Philosophy*. (Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 1994), 195 pp.

Paul Haeger é Professor Associado de Filosofia na Faculdade de Educação da Universidade de Tecnologia de Sydney (Austrália), onde ensina filosofia da educação. O livro sobre Bertrand Russell, como ele próprio observa no prefácio, resultou em grande parte dos seus estudos de doutoramento sobre o filósofo inglês realizados nessa Universidade, que culminaram com uma dissertação apresentada à mesma no ano de 1987. Dos seus outros trabalhos sobre Russell até à data, importa mencionar dois artigos publicados na revista dos Arquivos de Bertrand Russell da Universidade MacMaster (Canadá), **Russell: the Journal of the Bertrand Russell Archives**, respectivamente em 1987 ("Russell and Zeno's Arrow Paradox", n 1, pp. 3-10) e 1993 ("Why Russell Didn't Think He Was a Philosopher of Education", n 2, pp. 150-167). O Professor Haeger foi por diversas vezes investigador-visitante dos Arquivos de Russell, os quais foram oficialmente criados no início dos anos setenta tendo em vista a publicação do espólio filosófico inédito legado pelo filósofo ainda antes da sua morte (1970), que tem vindo a lume, desde 1983, na magnífica colecção intitulada **The Collected Papers of Bertrand Russell** (Pub. Routledge, Londres). Este contexto editorial é, aliás, um dado essencial para uma avaliação do significado e valor filosóficos (quá mesmo da originalidade) do seu trabalho principal sobre Russell, sabido como é que a edição dos referido espólio veio revolucionar completamente a imagem tradicional da filosofia de Russell e as próprias

metodologias de estudo do seu pensamento filosófico (veja-se por exemplo, sobre este ponto importante, N. Griffin, "The Philosophical Importance of Russell's **Collected Papers**", Russell, série antiga, n.s 35-36, 1979-1980, pp. 17-25; ou mais recentemente, K. Blackwell, "Portrait of a Philosopher of Science", in **Rereading Russell**, Ed. C. Wade Savage e C. Anthony Anderson, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1989, pp. 281-296).

O livro abrange a evolução do pensamento de Russell, que vai desde o período propriamente idealista (1895-1899), conhecido como o período "neo-hegeliano", que é imediatamente anterior à génese e elaboração de **The Principles of Mathematics** (1903), a um último período aberto com a publicação de **The Philosophy of Logical Atomism** (1919 em diante), que aqui se toma como o fecho decisivo de uma tal evolução. Duas fases intermédias são distinguidas: a "fase platónica", de 1899 a 1913 (data da publicação de **The Problems of Philosophy**), e uma primeira etapa claramente empirista da filosofia de Russell (1914-1918), inaugurada por **The Objective Knowledge of The External World** (1914), a qual se finalizará num "empirismo modificado" próprio do último período acima referido. Um dos propósitos fundamentais do autor com esta sistematização do desenvolvimento da obra de Russell (aparentemente excessiva e complexa para um lapso de tempo relativamente pequeno, em comparação com o desenvolvimento posterior, coberto pelo último período, de 1918 a 1944, data da publicação do **My Philosophical Development**) e contrariando o que será, segundo ele, o espírito da sua abordagem tradicional e mesmo de certos trabalhos recentes sobre o filósofo (aponta-se como exemplo, designadamente, N. Griffin, **Russell's Idealist Apprenticeship**, Ed. Clarendon Press, Oxford, 1991) consiste justamente em procurar mostrar que o pano de fundo de um tal desenvolvimento não é a ruptura, mas a **continuidade** de um conjunto de ideias e de temas filosóficos fundamentais, cuja dialéctica própria explicará a **mudança** que caracteriza a evolução do pensamento filosófico de Russell ao longo dessas sucessivas fases acima mencionadas (donde, a temática central do livro que dá origem ao respectivo título). Fundando uma tal continuidade, estará, segundo Haeger, a emergência e desenvolvimento no pensamento de Russell do método da análise - emergência que será coetânea, desde logo, do abandono do neo-hegelianismo britânico dos finais do século (Bradley e MacTaggart, principalmente), da adopção (na esteira de Moore) de um ponto de vista realista a respeito das relações, do encontro com Cantor, Peano e Frege, e, mais decisivamente, da descoberta russelliana de um conceito de lógica completamente original, baseado nessa noção de relação, que se justificará através da redução de todas as partes da análise conhecidas na época (af incluindo a dinâmica) e da própria noção de ciência em geral, originando assim um novo tipo de pensamento filosófico (no caso, como se verá, não simplesmente o logicismo mas a filosofia da análise ela mesma). Entre o método da análise, historicamente situado deste modo, e suas exigências intrínsecas e essa ideia fundamental de relação, a conexão será essencial para o desenvolvimento da obra de Russell, porque justamente a aplicação de um tal método aos problemas próprios que caracterizam a nova lógica das relações (de que a seguir se falará) tende a "proliferar" (nos termos de Haeger) estas aqui, simultaneamente de um ponto de vista lógico e ontológico (quer dizer, as relações tendem a figurar cada vez mais neste duplo sentido nos resultados da análise, à medida que esta progride), ao mesmo tempo que a complexidade própria do estatuto das novas relações assim criadas impõe um tipo novo de exigências à adequação da análise ela mesma.

Trata-se aqui de uma perspectiva que não é inteiramente original, como reconhecerá Haeger remetendo logo na introdução (pp. 2-3) para M. Weitz ("Analysis and the Unity of Russell's Philosophy", in **The Philosophy of Bertrand Russell**, Ed. P. A. Schilpp, Northwestern University Press, 1944, pp. 55-122), mas que suscita da parte do nosso autor

ao longo do livro uma aplicação e desenvolvimento consistentes. Weitz, nesse trabalho, debruçou-se de modo geral sobre quatro grandes domínios de aplicação método da análise na filosofia de Russell (a ontologia, a cosmologia abstracta, a lógica matemática e a teoria do simbolismo), que, vistos na perspectiva dessa aplicação, traduzirão a sua unidade e continuidade essenciais, mas (se o compreendermos à luz da interpretação proposta por Haeger) terá menosprezado certos factores importantes dessa filosofia, historicamente enquadráveis e justificáveis, que condicionam inevitavelmente as implicações da análise e, no fim de contas, justificarão a sua própria possibilidade, e, por outro lado, estarão na base da mudança ou da evolução (e não simplesmente da continuidade) do pensamento de Russell. É a partir deste ponto que o trabalho de Haeger, de forma notável, vai claramente longe. Para Haeger, serão as teorias do espaço e do tempo sucessivamente apresentadas pela filosofia de Russell ao longo das fases acima mencionadas (e já não apenas uma cosmologia "abstracta" obtida através do mero recurso às potencialidades da análise), em resposta designadamente à complexa evolução histórica da própria problemática científica, que melhor exemplificam os problemas próprios da nova lógica das relações e ilustram essa conexão essencial entre as ideias de análise e de relação, na medida em que, como ele argumenta, Russell tomará as relações espaço-temporais como relações-modelo, ou relações "exemplares" das relações em geral. Compreende-se assim como, nesta perspectiva fundamental de Haeger que acabámos de esboçar, qualquer mudança por parte de Russell na concepção dessas relações (como as que caracterizam as referidas fases) tem como consequência uma alteração das suas ideias a respeito do estatuto das relações em geral e das próprias exigências da análise, ou seja e no fundo, da filosofia de Russell no seu conjunto. E, por outro lado, parece tornar-se evidente como é que, subjacente a esta mudança, só a aplicação do método da análise assegurará essa continuidade filosófica fundamental que Haeger, na sequência de Weitz e do próprio Russell, reclama para o pensamento filosófico deste.

Delineada assim a temática central do livro, a sua organização e a explanação das teses centrais do autor são facilmente compreensíveis, sendo de notar uma clara intenção pedagógica (a que não será alheia a formação especial de Haeger nesta área), particularmente evidente do ponto de vista formal (onde se destacará, apesar de uma certa densidade estrutural que estudaremos de seguida, a excelente harmonia na divisão dos diferentes temas de que se ocupa e a sobriedade notável com que, a despeito da sua complexidade própria, cada um é tratado, ou ainda, a utilização frequente de diagramas e esquemas conceptuais). Depois de uma introdução curta, mas filosoficamente incisiva, onde essa temática é exposta, segue-se uma primeira parte (inaugurada ela própria com uma pequena introdução), onde, ao longo de oito capítulos, o autor procura pôr em evidência a conexão essencial entre as ideias de análise e de relação a que já nos referimos. A primeira ideia, de um modo que suscita sérias dúvidas, é inicialmente estudada por si mesma sucessivamente no âmbito da "filosofia matemática" de Russell (cap. 2) e da sua "filosofia geral" (caps. 3 a 8). Esta distinção, que aparenta violentar o próprio espírito da filosofia de Russell (designadamente) no segundo dos períodos estudados por Haeger, não encontra no autor uma explicação plausível, mas, indo de encontro àquilo que será a sua intenção presumida, justificar-se-à (?) por razões metodológicas inerentes à natureza da sua própria exposição (a "filosofia matemática" em si mesma aparecendo, em certo sentido, como a base essencial do pensamento filosófico de Russell, base que a sua filosofia geral estenderá a domínios que não serão aparentemente, na ordem dos factos, imediatamente abrangidos por si, como a filosofia da linguagem, a filosofia da ciência ou a própria ontologia). Em todo o caso, e em rigor, este problema parece ser inerente a qualquer tentativa de abordagem sistemática do conjunto da filosofia de Russell, que inevitavelmente se sente obrigada a introduzir distinções formais no pensamento filosófico aí onde o

conteúdo deste é intrinsecamente solidário. (Para um problema similar, veja-se R. Jager, *The Development of Russells Philosophy*, Allen & Unwin, London, 1972, introdução, pp.)

No âmbito das implicações do método da análise para a filosofia geral, é-nos oferecida uma caracterização relativamente extensa da apresentação da ideia de análise em diferentes trabalhos de Russell (que se justificará segundo Haeger, mas um pouco ligeiramente a meu ver, na perspectiva do apagamento a que essa ideia terá sido sujeita em geral) e a sua inevitável elaboração filosófica pelo autor, tendo em vista os fins propostos com este trabalho (cap. 3). Segue-se uma abordagem sistemática da aplicação do método da análise (e das suas implicações lógicas e ontológicas em geral) em cada uma das fases acima mencionadas, e uma breve elucidação das razões que estão na base, em cada caso, da evolução do pensamento de Russell (cap. 4). Central, nessa abordagem, é a recusa sistemática de Haeger em interpretar a análise de acordo com qualquer programa fundacionalista por parte de Russell, no que o nosso autor, basicamente, segue certas interpretações recentes (controversas mas fundamentais) provenientes do movimento da filosofia analítica sobre o lugar de Russell na história da filosofia e o seu papel na génese da filosofia analítica, sobre as quais me debruçarei adiante. Entretanto, para Haeger, as razões apontadas para essa recusa relevam basicamente da própria interpretação do método da análise em Russell, tal como ele se encontra exposto em 1907 no artigo "On the Scientific Method in Philosophy" (*Collected Papers* 4, 589-594), expressando-se no essencial (contra a ideia peregrina tradicional da busca russelliana de uma certeza evidente e indubitável para a matemática, que seria dada pela lógica) na natureza essencialmente indutiva, por um lado, e regressiva, por outro, dos raciocínios matemático e filosófico em geral, e na desmitificação dessa outra ideia comum, mas enganadora segundo Haeger, de que as premissas da análise em questão nesses raciocínios têm uma justificação epistemológica. (Sobre um outro desenvolvimento desta perspectiva, veja-se A. D. Irvine, "Epistemic Logicism an Russell's regressive Method", *Philosophical Studies*, 55, 303-327, 1989.) Ora, Haeger, sem qualquer justificação aparente, estende esta interpretação do método da análise à filosofia de Russell no seu conjunto, e praticamente a partir de 1899, como se disse mais acima. Esta, porém, é apenas uma questão metodológica geral, em que, apesar de tudo, está envolvido muito mais do que o respeito pela cronologia. O essencial, que pela minha parte farei notar desde já, é que colocar o debate do problema filosófico da fundação no terreno da natureza interna do próprio método, seja ele qualquer for, não parece ser uma posição correcta, sem averiguar à partida desde logo, como exige em princípio esse problema, a que necessidade (e problemática) à primeira vista fundamental, que em qualquer caso é exterior ao posicionamento do próprio método, responderá este aqui.

Dos capítulos 5 a 7, como se disse mais acima, procede o autor a um estudo da importância da ideia de relação na filosofia de Russell, primeiro na filosofia da matemática (cap. 5) e depois na sua filosofia geral (cap. 6), tendo em vista especialmente a conexão essencial, que caracterizámos logo no início, entre essa ideia e o método da análise (cap. 7). O capítulo 5 põe em evidência a indispensabilidade das relações na filosofia da matemática de Russell, denunciando a ilegitimidade da sua redução à lógica das classes (a que se assiste, com alguma frequência, entre os próprios comentadores de Russell), destacando o papel do chamado princípio de abstracção de Couturat-Cournot no primado da ideia de relação sobre a ideia de classe, e contrastando com clareza as diferentes implicações (na filosofia da matemática e na ontologia em particular) para as noções de classe e de relação que resultam projecto logicista de eliminação das classes, a partir de 1906, em ordem a resolução definitiva dos paradoxos lógico-matemáticos originados pela teoria dos conjuntos; complementarmente, acentua-se como essa confusão entre as ideias

de classe e de relação releva de uma interpretação deficiente do próprio método da análise, e designadamente da suposição de que as relações, que como as classes são elas próprias fruto da análise, possam, a exemplo das classes, ser completamente reduzidas e desaparecer no decurso da análise.

No capítulo 6, Haeger desenvolve em termos gerais estes resultados da filosofia da matemática de Russell aplicando-os à sua filosofia em geral. Nas duas primeiras secções, mostra-se que a irredutibilidade das relações assenta no seu primado epistemológico como objectos directos da nossa experiência, para Russell, e isto desde a ruptura com o idealismo. E, na sequência, faz-se ver que um tal primado é uma consequência necessária da própria análise e, em particular, das exigências decorrentes do seu instrumento privilegiado a partir de 1914: o método das construções lógicas. (Haeger, de modo pertinente, argumenta que este método na filosofia de Russell não resulta simplesmente da influência de Whitehead por essa altura, antes se encontra já em obra, por exemplo, na definição logicista do número em 1903, onde a perspectiva constructivista é fundamental.) A este respeito, retoma Haeger a sua tese central, mais acima delineada, de que o principal resultado da aplicação desse método, e portanto da própria análise, é a proliferação das relações, a irredutibilidade destas aqui sendo apenas um aspecto muito geral dessa aplicação. Que uma tal proliferação pareça contradizer o princípio occamiano de Russell, segundo o qual «Sempre que possível, deveremos preferir construções a partir de entidades conhecidas a inferências de entidades não conhecidas», é apenas, para o autor, algo aparente, na medida em que esse princípio, segundo ele, terá para Russell um significado essencialmente epistémico, e não ontológico: ele não nos exige uma redução absoluta do número de entidades a construir a partir destas ou daquelas entidades conhecidas, ou a minimização do número de **tipos** na nossa ontologia. Deste último ponto de vista, por exemplo, parece ser óbvio que as entidades a construir não são do mesmo tipo que as entidades conhecidas à partida (o que, de facto, é o objectivo principal do princípio na acepção de Russell), e que, portanto, a economia ontológica requerida pelo princípio se aplica mais à relação entre tipos diversos do que ao interior de cada tipo.

No capítulo 7, a distinção entre as noções de classe e de relação, que tinha sido abordada de modo geral nos dois capítulos anteriores, é retomada na perspectiva especial do método das construções lógicas. Mostra-se assim que em Russell este método tem aplicações diversas nos casos distintos das classes e das relações. No primeiro, o objecto a construir é considerado como um elemento de uma dada classe independentemente da da ordem ou da série no tempo onde se integra, enquanto no segundo a relação serial é essencial. Ontologicamente, isto significa que as classes consistem basicamente dos seus elementos enquanto as relações, em contraste, consistem em elementos tendo padrões relacionais bem definidos. É por isso, como já antes se referiu, que enquanto as classes podem ser propriamente eliminadas como «ficcões lógicas», as relações, ao contrário, são ontologicamente resistentes ao processo de redução próprio da construção lógica. A interpretação vulgar, hoje em dia apesar de tudo ainda comum, que reduz as relações a proposições sobre classes, deve ser então definitivamente abandonada.

Um desenvolvimento posterior desta ideia é proporcionado pela caracterização do método da análise comparativamente na teoria das descrições (tal como ela foi desenvolvida por Russell a partir de 1905 com o artigo **On Denoting**) e no método das construções lógicas, que a partir de 1914 integra todos os resultados essenciais dessa teoria. Desde logo, a presunção de que terá sido essa teoria a inspiradora deste método, também ainda muito comum entre os comentadores de Russell, é afastada por Haeger, na sequência das investigações sobre a matéria por parte de Griffin e Cocchiarella. O facto é que, como se disse acima, a ideia de construção lógica não era estranha ao pensamento de Russell já em 1903. Como observa Haeger, Russell parece ter utilizado a expressão «construção

lógica» depois dessa altura para se referir especialmente ao seu trabalho inicial, e não às investigações em curso da parte de Whitehead, como é tradicionalmente suposto. Em todo o caso, a independência lógica entre as duas teorias (descrições e construções lógicas) na segunda fase da evolução do pensamento de Russell é simplesmente aparente, se encarada do ponto de vista particular, em que se coloca Haeger, da aplicação do método da análise. E deverá sê-lo com toda a certeza, como é fácil reconhecer, porque a análise há-de explicitar-se necessariamente, em todos os planos, a partir de proposições, e não de factos ou de quaisquer entidades físicas ou materiais. Esta conclusão sai reforçada, do ponto de vista do autor, da interpretação que propõe na mesma ordem de ideias para o método das construções lógicas a partir de 1914. O diagrama que oferece para a análise, tal como esta se encontra implicada nesse método, não sofre modificações sensíveis em relação ao esquema mais geral da análise apresentado no capítulo 4. Por fim, terminando este capítulo, destaca Haeger alguns erros de interpretação sobre o método das construções lógicas de Russell que estão presentes na literatura sobre o assunto, e que se caracterizam por ignorar o papel fundamental da análise.

No capítulo seguinte, o último da primeira parte, Haeger resume os traços essenciais da análise para Russell. E aqui, mais uma vez, ele acentua a relação estreita entre a análise, como método filosófico, e o significado das relações em geral, procurando por em evidência a ideia de que a originalidade da concepção russelliana da análise é indissociável de uma compreensão mais profunda desse significado, aparentemente ausente, para ele, não só das abordagens tradicionais como dos comentários recentes da filosofia de Russell.

A última parte do livro tem como tema fundamental, como se referiu mais acima, as concepções sobre o espaço e o tempo apresentadas por Russell ao longo das quatro fases da evolução da sua filosofia. A importância desta parte, como também se referiu, decorre da perspectiva central de Haeger segundo a qual as relações implicadas nessas concepções são tomadas por Russell, em ambos os casos, como relações paradigmáticas das relações em geral.

H. J. Ribeiro

RESCHER, Nicholas — *Satisfying Reason. Studies in the Theory of Knowledge*. (Dordrecht/London/Boston: Kluwer, 1995), Episteme 21, xii + 243 pp.

A problemática do conhecimento humano em geral e do conhecimento científico em particular não sido, ao longo de toda a sua brilhante carreira académica, uma das preocupações centrais de Nicholas Rescher. Neste volume, reúne um conjunto de ensaios que se podem ler isoladamente apesar de estarem atravessados pelas teses centrais de Rescher no âmbito da racionalidade cognitiva.

Poderíamos dividir o livro em duas partes. Na primeira, constituída pelos capítulos 1 a 6 são tratadas algumas questões de fundo da teoria da racionalidade, quer ao nível substantivo quer ao nível metodológico (satisfazer a razão, porquê ser racional?, razão e realidade, meta-conhecimento, falibilismo e procura da verdade, optimismo metodológico). Na segunda parte, Rescher analisa aquilo que ele considera casos típicos do uso (e abuso) da razão nos dias de hoje (números sem sentido, idealismo conceptual revisitado, o contraste entre compreensão explicativa e experiencial, limites do relativismo cognitivo, os deficits do desconstrucionismo, saídas do paradoxo).

O simples enunciado dos temas desta obra revela a complexidade e importância das análises aqui desenvolvidas. É óbvio para quem conhece minimamente a obra de Rescher que neste texto se reencontram ideias e teses já familiares, de outros contextos de investigação e de análise. Não se trata, porém, de simples repetição dado que o contexto do presente texto difere daquele em que foram produzidas outras obras que abordam alguns dos temas centrais. Apenas dois ensaios (capítulos 2 e 8, "Porquê ser racional?" e "Idealismo conceptual revisitado", respectivamente) foram publicados previamente. Trata-se de um texto mais afirmativo e polémico do que outros textos de Rescher sobre a mesma problemática. Não predomina a intenção construtiva de esboçar a articulação mais coerente e sistemática das questões do conhecimento mas a reafirmação da confiança nas virtualidades da racionalidade e a demarcação clara face a todo um leque de atitudes destrutivas ou cépticas.

O primeiro texto, "Satisfazer a razão" (1-23) apresenta uma síntese notável de algumas das etapas principais por que passou a transformação da compreensão da razão e da racionalidade desde os gregos até hoje. Tomando como ponto de referência o princípio de razão suficiente, Rescher distingue oito "revoluções" que transformaram e enfraqueceram, sucessivamente, a compreensão clássica da razão, ainda dominante no séc. XVI e princípio dos Tempos Modernos:

1. abandono da razão total, entendida como princípio único de explicação de tudo o que acontece no mundo;
2. abandono das fundações últimas: rejeita-se, assim, a ideia de um ponto arquimédico, de uma rocha firme onde possa apoiar-se o princípio inconcusso de explicação de tudo;
3. abandono da completude explicativa: reconhece-se a insensatez da pretensão de omnisciência, de adoptar a estratégia Leibniziana do observador ideal;
4. abandono das pretensões substantivas — a revolução kantiana: mudança de status do princípio de razão suficiente passando a ser visto como um postulado metodológico;
5. abandono do necessitarismo: deixa de se exigir uma explicação inferencial (com a convicção de que os factos explicantes, de algum modo, tornam necessários ou fazem prever os factos explicados). A alternativa é uma explicação de tipo coordenativo;
6. abandono da causalidade: a descoberta de processos estocásticos no domínio da Física conduziu a uma rejeição da ideia de que a explicação causal é o único tipo de explicação possível e aceitável;
7. abandono do inferencialismo: o regresso à selecção natural. Rejeição da ideia de que a explicação deve ser sequencial e não coordenativa;
8. abandono da inevitabilidade racional: daí a necessidade integrar as mudanças que se verificam no processo da evolução biológica e cultural (20-21).

Apesar de comparar o sentido desta evolução ao de uma descida do Olimpo, nem por isso embarca numa atitude de crítica total da razão, num pessimismo e relativismo extremo. Defendendo uma versão muito peculiar de pragmatismo, não quer ser confundido com outros pragmatismos invertebrados que além de perderem, como os outros, a capacidade produtiva ao nível do hardware perderam igualmente toda a capacidade criativa ao nível do software e, o que é pior, nem sequer são capazes de distinguir um bom programa de um mau programa. Na parte final deste capítulo, Rescher alude muito rapidamente àquilo que ele designa como uma das maiores ironias da história intelectual: a exigência de muitos cientistas, da área da Física teórica, de encontrar uma teoria unificada de todas as coisas, as controversas GUT, que, a ter êxito, invalidaria muitas das etapas da evolução descrita

por Rescher. A história não terminou e o desfecho é imprevisível. Tudo o que se pode dizer é que a aposta é muito alta. Como Rescher sublinha, não está apenas em jogo a nossa visão científica do mundo mas também a autocompreensão da espécie humana.

No segundo capítulo (24-31), Rescher procura mostrar a razoabilidade de agir racionalmente. Admitindo que a justificação da racionalidade não pode deixar de ser reflexiva e auto-referencial, reconhece a possibilidade de alguém *preferir* não agir racionalmente. Opção pouco *razoável*, contudo.

Em "Razão e realidade" (32-53), discute algumas questões que se reflectem na procura de um conhecimento adequado da natureza: a ciência não pode garantir sucesso completo mas apenas progresso pontual. Neste contexto, o mundo surge como demasiado complexo para os recursos descritivos da nossa linguagem e para os recursos explicativos da nossa ciência. Assim, "a condição *epistémica* do homo sapiens é muito semelhante à nossa condição *moral*" (52).

Nos dois capítulos seguintes, colocam-se algumas questões ao nível da nossa reflexão sobre o nosso conhecimento: meta-conhecimento e suas complicações (54-71) e falibilismo e procura da verdade (72-86). Entre as numerosas questões interessantes abordadas neste contexto contam-se as seguintes: porque é que as teorias científicas falham? a improdutividade da epistemologia, falibilismo e inovação conceptual.

O último desta primeira série de ensaios, "Optimismo metodológico" (87-102) faz a apologia de uma atitude metodologicamente optimista apesar de todas as dificuldades e limites com que depara a empresa cognitiva. Optimismo que assentaria numa presunção de positividade cujo alcance se estenderia aos mais variados domínios do conhecimento.

O capítulo sétimo, "Números sem sentido" (103-121) continua, infelizmente, muito actual. Trata-se de questionar, radicalmente, a tese que diz ser o conhecimento claro e adequado das coisas circunscrito pelos limites do quantificável e mensurável. Sem métodos quantitativos não há metodologia rigorosa, mesmo nas ciências humanas. Assim pensa muito boa gente, alguns com responsabilidades governativas, passadas e presentes. É esta ideologia da quantificação que Rescher pretende aqui criticar. Um dos pressupostos, sem sentido dirá Rescher, desta ideologia é que toda e qualquer quantificação baseada na observação representa uma medição. O mais curioso é notar que muitos filósofos da ciência evitam esta questão, pura e simplesmente. Tática que Rescher considera questionável. De facto, uma medição deverá ser uma caracterização quantitativa de um aspecto descritivo significativo da realidade em contraste com uma caracterização arbitrária e não informativa (104). Para que um processo de medição faça realmente sentido deverá, de acordo com a análise de Rescher, satisfazer as seguintes condições: determinabilidade efectiva; ser reproduzível; robustez/estabilidade contextual; coerência/validade; envolvimento nomenclógico; utilidade preditiva; dimensionalidade descritiva. Rescher apresenta estas condições como genuinamente necessárias para se poder falar de medição autêntica mas recusa-se a considerá-las, conjuntamente, como suficientes, sem qualificação. Esta situação dá origem a sérios problemas de demarcação em muitos casos, designadamente na área das ciências sociais. Rescher cita os casos dos testes de avaliação do QI, a manipulação de números na economia e nas finanças para já não falar dos indicadores de "qualidade de vida". Este último exemplo é típico do simples jogo com um agregado de dados de diversa proveniência (rendimento per capita, custos de alojamento e alimentação, estatística de crimes, facilidades culturais, etc.) depois de quantificados. Rescher reconhece que este preconceito quantitativo foi fomentado pelo papel crescente da ciência e tecnologia no mundo contemporâneo (118). Porém, uma análise crítica da questão mostra tratar-se de um verdadeiro feticismo dos números. Cresce o número dos que prestam culto no altar da estatística, na cultura ocidental. Tudo se transforma em números. O pior é a tendência

crecente e perversa para tomar a informação quantitativa como a base de decisão e de orientação política. Neste contexto, Rescher repete uma ideia que lhe é muito cara e surge, frequentemente nos seus textos. A qualidade do output mede-se pela qualidade do input. No caso vertente, se entra lixo, só pode sair lixo (garbage in, garbage out). Os números não dizem tudo. Rescher lembra a experiência amarga do Vietnam (por critérios puramente quantitativos o desfecho deveria ter sido muito diferente). Mas nem esta nem outras experiências amargas despertam para o bom senso os fanáticos dos números. Rescher remete o leitor para um capítulo de outra obra sua em que trata outros aspectos desta problemática: *Forbidden Knowledge* (Dordrecht, 1987), c. 8, "Number Idolatry and Fallacies of Quantification". O facto de se reconhecer que uma confiança cega nos números, no quotidiano, na vida profissional e na política, pode ser, muitas vezes, mais prejudicial do que benéfica na ajuda a uma reflexão crítica, não quer dizer que se faça a apologia da sua desvalorização indiscriminada e, muito menos, do seu abandono, puro e simples.

No capítulo 8 (122-154), Rescher responde a algumas críticas feitas às teses expostas na sua obra *Idealismo conceptual* (Oxford, 1973).

No capítulo seguinte, explora o contraste entre compreensão causal/explicativa e compreensão normativa/experiencial (155-175). Sublinha a importância de adoptar uma atitude positiva face à ciência e aos problemas caracteristicamente humanos. Daí a relevância da distinção entre ciência e cientismo. A este propósito cita a célebre proposição 6.52 do *Tractatus Logico-philosophicus*: "Sentimos que mesmo que fossem resolvidas todas as questões científicas possíveis, os problemas da vida nem sequer teriam sido abordados. É claro que então, não haveria mais nenhuma questão, e esta é exactamente a resposta". Rescher comenta, lapidarmente, "é tão verdadeira a primeira afirmação como é falsa a segunda" (174).

No capítulo sobre "Os limites do relativismo cognitivo" (176-211) e no seguinte, sobre "os deficits do desconstrucionismo" (212-225), demarca a sua posição contextualista de outras interpretações correntes que desembocam num relativismo indiferentista. O objectivo estratégico não é uma exegese cuidada da posição dos autores visados mas a clarificação da posição de Rescher relativamente às possíveis consequências da sua compreensão da racionalidade.

No capítulo final (226-239) analisa, esquematicamente, algumas questões levantadas pela inconsistência do nosso conhecimento: muitas das nossas convicções são, em rigor, incompatíveis. Rescher advoga, na sequência de outros trabalhos conhecidos sobre este tema, uma atitude positiva e tolerante face à inconsistência controlada. É óbvio que esta tolerância face à inconsistência não impede a busca de estratégias que a minimizem e de soluções alternativas.

Numa palavra, estamos perante um texto rico e sugestivo como é timbre das obras de Rescher. Em matéria de utilização da linguagem simbólica na discussão de certos assuntos, constatamos, mais uma vez, uma elegância e simplicidade raras.

António Manuel Martins

NAGEL, Thomas — *Que quer dizer tudo isto? Uma iniciação à filosofia* (Lisboa: Gradiva, 1995), Filosofia Aberta 1, 92 pp.

Para iniciar uma nova colecção "Filosofia Aberta" a editorial Gradiva escolheu o pequeno opúsculo de Thomas Nagel "Que quer dizer tudo isto?" onde o conhecido professor de filosofia do Direito, da Universidade Estadual de Nova Iorque introduz, de

uma maneira despretenciosa, algumas das grandes questões que preocupam toda a gente. É uma iniciação à filosofia precisamente porque as respostas que se analisam, neste texto, são de ordem filosófica. A dimensão filosófica é dada, antes de mais, pelo facto de a reflexão se apoiar, basicamente, na análise conceptual e argumentativa. De facto, Thomas Nagel parte do pressuposto que a melhor introdução à filosofia não é aquela que inicia na leitura dos textos dos grandes clássicos da história do pensamento mas sim a que leva o leitor a reflectir sobre certas questões — que ele designou noutra obra sua *Mortal Questions* — que constituem a “matéria-prima filosófica” (8). Trata-se, portanto, de um texto que vai ao encontro da experiência, polifacetada, do leitor sem apelar para qualquer conhecimento de escritos filosóficos, do passado ou do presente. Pretende surpreender a interrogação filosófica, ao nível espontâneo e ingénuo, apelando para o pensamento crítico que deve ser apanágio de todos os cidadãos. Oriundo de outra tradição cultural onde a filosofia ocupa um lugar muito diferente no sistema de ensino, este texto pode, contudo, prestar excelente ajuda a professores e alunos que o quiserem usar no contexto português actual. Pode servir para contrabalançar alguns dos aspectos menos positivos do actual programa de Introdução à Filosofia: uma excessiva tendência para recorrer a uma terminologia demasiado sobredeterminada; proliferação incontrolada de referências textuais descontextualizadas; subordinação excessiva dos conteúdos programáticos a sistemas taxonómicos da própria filosofia — por natureza efémeros; e outros que não cabe aqui mencionar e muito menos explicitar. Sobretudo para alunos que não pretendem, mais tarde, fazer uma licenciatura em filosofia mas sim em Direito, Ciências ou qualquer outra área científica, o tipo de abordagem deste texto torna-se, porventura, mais vantajoso. É óbvio que se trata de prioridade, de uma questão de maior ou menor ênfase. Não se pode cortar, de modo algum, o acesso aos grandes textos.

Os nove problemas tratados por Nagel são os seguintes: o conhecimento do mundo externo; o conhecimento de outras mentes; a relação entre a mente e o cérebro; a possibilidade da linguagem; o livre arbítrio; as bases da moral; desigualdade e injustiça; a morte e o sentido da vida.

Pelo estilo, conciso e outras qualidades intrínsecas da reflexão nele condensada, o livro de Nagel pode, efectivamente abrir muitas mentes para uma reflexão filosófica. Se o conseguir, também entre nós, terá cumprido a sua missão.

António Manuel Martins

WESTON, Anthony — *A Arte de Argumentar* (Lisboa: Gradiva, 1996)
Filosofia Aberta 2, 145 pp [inclui um Apêndice à edição portuguesa — pp. 130-145 — da autoria de Desidério Murcho que é também o tradutor]

Em boa hora a Gradiva colocou à disposição do público português este livro de regras que a Hackett Pu. Co lançou nos EUA, em 1986, com enorme sucesso. Trata-se de um texto que pertence a um género literário pouco cultivado. Enquanto “livro de regras” não pretende introduzir o leitor nos meandros da argumentação pela via clássica dos manuais de lógica (formal ou informal) ou dos tratados de argumentação e de retórica. De facto, o texto não chega sequer a entrar numa verdadeira tradução para linguagem simbólica dos argumentos analisados. O que o autor pretende é destacar algumas regras de inferência e de metodologia, devidamente exemplificadas e identificadas, que possam servir de base a uma avaliação da própria escrita e da escrita dos outros.

Os primeiros capítulos tratam da redacção e avaliação de argumentos curtos. Para além de serem mais comuns, permitem mais facilmente perceber a estrutura geral dos argumentos. Esta primeira parte do texto (capítulos I-VI) é que constitui o verdadeiro "livro das regras" de uma boa argumentação. Nos capítulos VII-IX, o Autor trata dos ensaios argumentativos. Assistimos, então, a uma ampliação e aplicação das regras previamente enunciadas completadas com uma série de regras metodológicas sobre a elaboração de um pequeno ensaio. O texto contém ainda uma breve síntese de algumas das principais falácias a evitar (ou a criticar) terminando com um pequeno capítulo sobre o uso das definições e uma breve descrição dos tipos mais correntes. O que a tradução portuguesa designa, algo equivocadamente, como "estudo complementar" (pp 127-129), é, na realidade, a indicação bibliográfica de algumas obras que podem ajudar o leitor a aprofundar e completar a informação aqui obtida.

Sem pretender nem poder substituir os textos de lógica, este livro de regras pode melhorar significativamente a performance argumentativa e crítica daqueles que se derem ao trabalho de o usar na redacção dos seus textos, na análise de textos de mais variada proveniência e na prática quotidiana do discurso argumentativo.

A. M. Martins

BEETS, M. G. J. — *The Road to Larissa. A companion to Plato's Menon* (Amsterdam, 1993), 95 pp.

BEETS, M. G. J. — *Anatomy of Love. A companion to Plato's Symposium* (Amsterdam, sem data), 174 pp.

BEETS, M. G. J. — *Genesis. A companion to Plato's Parmenides* (Amsterdam, 1995), 203 pp.

Estes textos de M. G. J. Beets fazem parte de um projecto mais vasto do autor que visa a integração da sua leitura do texto platónico com a sua visão sincrética da filosofia. Nesta visão sincrética e englobante destacam-se, contudo, três figuras estruturantes da mundividência do autor: Sócrates, Jesus Cristo e Kant. Escusado será dizer que a interpretação e compreensão de Beets de todas e cada uma destas figuras e respectivos conteúdos doutrinários que lhes estão tradicionalmente associados, é assumidamente heterodoxa e marginal face às tendências hermenêuticas dominantes. A insistência neste carácter pessoal da leitura do texto platónico leva o autor a prescindir totalmente de qualquer confronto crítico com a bibliografia secundária e a repetir, no capítulo introdutório de cada um dos volumes, as mesmas ideias básicas que norteiam a sua compreensão da mensagem socrática. Tudo à luz da convergência assumida entre os ensinamentos de Sócrates (lidos nos textos de Platão) sobre a virtude e a ideia de Bem, de Kant sobre o a priori universal e o imperativo categórico e da mensagem evangélica (de preferência na leitura joanina). Se o autor não se deu ao trabalho de um confronto mínimo com a bibliografia secundária especializada, não levará a mal que o autor destas linhas se sinta dispensado de analisar, detalhadamente, os pré-conceitos desta interpretação do texto platónico e de outros textos chave da tradição. Seja-me permitido citar, a título de mero exemplo, a conclusão da análise de um passo do *Fédon* (107a1 ss): "Socrates' conclusion (...) suggests the nature of Hades in Socrates thinking, not as a dark underworld but as all being as it is in itself, as the indivisible, ubiquitous One in which the *eide*, 'unity' and 'plurality' have coalesced. Socrates Hades is therefore indistinguishable from the ultimate

aim of the philosopher-mystic, from the Christian and Kantian 'kingdom of god', from Kant's noumenon and from the Buddhist nibbana", M. G. J. Beets, *Genesis*, p. 42.

Neste quadro tão amplo quão problemático, Beets faz um comentário, passo a passo, dos textos acima referidos, começando por apresentar uma tradução do texto onde já se manifesta, em determinados contextos, muito claramente a sua posição global. Neste trabalho de tradução há um trabalho meritório sendo de realçar que Beets apresenta o texto integral dos diálogos a comentar, traduzindo da primeira à última linha do texto da edição crítica de Burnet.

O comentário, embora contenha muitas observações interessantes, sofre dos defeitos inerentes ao tipo de abordagem que documenta. Poderá, eventualmente, ser usado com proveito, aqui e além, por um leitor já conhecedor do texto platónico e familiarizado com as principais questões hermenêuticas que a sua obra coloca mas é de todo desaconselhável para quem se está a iniciar na leitura do diálogo platónico.

A. M. Martins

Execução gráfica
da
TIPOGRAFIA LOUSANENSE, LDA.
Depósito legal n.º 51135/92

BOLETIM DE ASSINATURA

Assinatura anual 1996 (IVA incluído):

Portugal	4.000\$00
Estrangeiro	5.500\$00

Desejo assinar os números relativos a 1996 da *Revista Filosófica de Coimbra*. (n.ºs 9 e 10) *

Nome

Morada

Código Postal

Junto envio cheque n.º, sobre o

Banco

na importância de \$ ()

pagável à ordem de *Revista Filosófica de Coimbra*.

Data

Assinatura

Enviar para:

Fundação Eng. António de Almeida

Rua Tenente Valadim, 331

P-4100 Porto

* Contacte a Fundação Eng. António de Almeida, se desejar adquirir números anteriores.

